

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 2 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 3 |
| 5.4 - Alterações significativas | 4 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 5 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 17 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 19 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 20 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 23 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 25 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 30 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 31 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 32 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Sendo uma empresa de consumo de massa, estamos sujeitos a fatores de ordem macroeconômica que possam reduzir o potencial de compra dos consumidores brasileiros e conseqüentemente nossa capacidade de colocar produtos no Mercado.

Os fatores macroeconômicos mais relevantes, e que já foram detalhados acima são:

- INFLAÇÃO
- POLÍTICA CAMBIAL, MONETÁRIA E TAXA DE JUROS
- LEI TRABALHISTA
- POLÍTICA FISCAL

Estes fatores podem retirar nossa competitividade, em especial aos produtos importados. Hoje, nossos maiores concorrentes são os produtos produzidos na China e que entram no Brasil através da importação direta do varejo ou de importadores.

O aumento da carga tributária nos últimos anos sobre a produção nacional, tem nos obrigado a migrar parte do nosso faturamento para a China, pois a produção no Brasil tem perdido competitividade em função de fatores de macroeconomia, como impostos, câmbio e juros.

O nível de crédito no país tem uma grande influência sobre nossos negócios e conseqüentemente é um fator de risco, caso a política governamental venha a reduzir o crédito no mercado.

Política Cambial: por termos nossos maiores concorrentes os importadores, a taxa cambial é um fator de grande risco para nosso mercado pois caso o real venha a ser apreciado frente ao dólar americano, as importações de brinquedo vão aumentar significativamente, aumentando assim nossa concorrência.

Taxa de juros: a taxa de juros é um fator de risco para a companhia mais do que para o mercado. Como o preço médio do brinquedo nacional é ao redor de R\$ 30,00, em geral os consumidores não dependem de financiamento para poder comprar estes produtos.

Por outro lado, a companhia é uma grande tomadora de recursos de capital de giro de curto prazo e a taxa de juros tem um impacto direto no seu resultado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2****a. riscos para os quais se busca proteção**

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

- 1) Taxa de cambio: como já explanado anteriormente, a taxa de cambio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade.
- 2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administrar melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não se aplica

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes de risco de Mercado.

10.1 a)

| | | 2012 | 2011 | 2010 | |
|----------------------------------|----------------------|--------|--------|--------|---|
| LIQ. GERAL | AC+ARLP | 0,36 | 0,35 | 0,38 | Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui apenas R\$ 0,36 para a quitação (2012). |
| | PC+PELP | | | | |
| LIQ. CORRENTE | AC | 0,26 | 0,26 | 0,26 | Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida, há R\$ 0,26 para liquidação. |
| | PC | | | | |
| LIQ. SECA | AC-ESTOQUE | 0,20 | 0,20 | 0,17 | Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas. |
| | PC | | | | |
| LIQ. IMEDIATA | DISPONIVEL | 0,04 | 0,03 | 0,02 | Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações, demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos. |
| | PC | | | | |
| GRAU DE ENDIV. | CAP. TERCEIROS | -1,77 | -1,78 | -2,01 | Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Líquido. |
| | PL | | | | |
| CAP TERCEIROS S/ RECURSOS TOTAIS | PC + PELP | 230% | 228% | 199% | Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo. |
| | AT TOTAL | | | | |
| COMPOS. ENDIVID. | PC | 77% | 74% | 76% | É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa mais de 70% do endividamento no curto prazo, nos três períodos. |
| | P EXIGIVEL TOTAL | | | | |
| PRAZO MEDIO ESTOCAGEM | ESTOQUE X 360 | 80,67 | 80,05 | 130,73 | O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e renovação desse estoque, demonstrando então que a empresa necessita em média 97 dias para fazer o giro dos estoques. |
| | CPV | | | | |
| PRAZO MEDIO RECEBIMENTO | CONTAS RECEBER X 360 | 60,35 | 67,35 | 51,57 | Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em dinheiro, sendo dois meses um tempo relativamente alto. |
| | VENDAS ANUAIS | | | | |
| PRAZO MEDIO PAGAMENTO | CONTAS PAGAR X 360 | 138,61 | 151,89 | 167,85 | Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e na média dos últimos 3 anos pode-se apurar um tempo de 5 meses. |
| | COMPRAS ANUAIS | | | | |

A Manufatura de Brinquedos Estrela e suas subsidiárias operam no Brasil através de duas unidades industriais, sendo uma delas na cidade de Itapira no Estado de São Paulo e a outra no município de Três Pontas, em Minas Gerais. Estas duas unidades industriais foram construídas com apoio das prefeituras locais, sendo que foram estabelecidas obrigações para a empresa que ao longo de 10 anos deveria cumprir compromissos preestabelecidos, principalmente na geração de empregos diretos, e que ao final do período, nos capacitaria para receber os prédios industriais. Tendo em vista que a empresa cumpriu com suas obrigações ao longo destes anos, esperamos que em 2013 possamos incluir o valor patrimonial dos edifícios industriais em nossa relação de ativos. Independente do ponto patrimonial, esta estratégia de ter uma coleção sendo parte produzida no Brasil e parte importada da china, tem nos dado um ganho de competitividade em relação ao mercado, além de já deixar a empresa preparada para uma possível mudança de cenário, em que o Governo federal venha a dar isonomia a produção nacional comparada à importação.

b) Capital de terceiros - 480.023.665,46

Capital próprio - (213.480.856,60)

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

i-hipótese de resgate de ações

A Companhia entende que a curto prazo não existe prioridade para o resgate de ações. Esta hipótese só virá a ocorrer, depois de um período de mais de 3 anos de forte de geração de caixa, em que a Companhia, depois de liquidar outras prioridades, como o pagamento do passivo tributário, poderia estruturar uma operação de resgate de ações. Esta hipótese é considerada remota neste momento.

ii- fórmula de cálculo

Por considerarmos remota esta possibilidade, não desenvolvemos nenhuma metodologia para que isto aconteça, pois não podemos precisar os valores da ação caso isto venha a ocorrer no futuro.

c) Hoje a Companhia importa de 30 a 40% de seu faturamento, embora isto possibilite a compra de produtos mais baratos, traz uma grande pressão no capital de giro, tendo em vista que nas compras de brinquedos na China, os produtos devem ser pagos antes do embarque, ou seja, de uma forma adiantada. Como a Companhia capta recursos para capital de giro no mercado brasileiro a custos bem mais altos do que no exterior, a importação da China também é um fator de aumento das nossas despesas financeiras. A perspectiva de redução dos juros no Brasil trará um grande impacto no resultado da Companhia para o futuro, independente de estarmos continuamente à procura de alternativas para capitalizar a empresa. Considerando a estrutura de capital e o endividamento atual da empresa, entendemos que a Companhia possui uma situação delicada, pois o valor do passivo circulante supera o ativo circulante.

| Consolidado | 2.012 | 2.011 | 2.010 |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativo Circulante | 34.288.485,34 | 34.053.978,59 | 51.954.250,09 |
| Passivo Circulante | 395.679.598,34 | 361.064.906,11 | 316.043.498,32 |

d) Os empréstimos junto a instituições financeiras destinam-se a capital de giro e como garantia foram concedidas duplicatas a receber, notas promissórias e/ou aval do acionista controlador.

| Empréstimos e financiamentos | 2.012 | 2.011 | 2.010 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Curto prazo | 41.855.667,28 | 42.462.730,09 | 42.148.165,93 |
| Longo prazo | 5.833.333,23 | 8.333.333,25 | 8.333.333,33 |

e) Quando houver a necessidade de captação de recursos o mesmo será realizado junto a instituições financeiras, do mesmo modo que é feito atualmente.

f) Índice de Endividamento - 2,2993

| | | | SALDO EM | | | |
|-----|------------------------|----------------|---------------------------------|------------|------------|------------|
| i) | EMPRÉSTIMOS RELEVANTES | TIPO DA DÍVIDA | GARANTIA | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| | Conta Garantida | Curto Prazo | 100% Duplicatas | 13.008.826 | 17.293.349 | 11.489.541 |
| | Empréstimos Bancários | Curto Prazo | Duplicatas + Domicilio Bancário | 3.937.034 | 1.571.824 | 965.906 |
| | Empréstimos Bancários | Curto Prazo | 100% Duplicatas + Aval | 8.297.365 | 7.923.753 | 10.054.650 |
| | Empréstimos Bancários | Curto Prazo | Aval | 2.337.926 | 2.637.926 | 4.177.926 |
| | Empréstimos Bancários | Curto Prazo | Warrant | 1.188.200 | 680.000 | 2.680.000 |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| ii) | Empréstimos Bancários | Longo Prazo | Aval | 9.583.333 | 11.249.999 | 12.916.666 |

iii) Em eventual concurso de credores seria utilizado o critério estabelecido pela Lei da Falência, com a seguinte ordem dos créditos:

1º Créditos trabalhistas

2º Créditos com garantia real

3º Créditos Tributários

E demais créditos em especiais fornecedores.

Seguir essa classificação por ordem de precedência.

iv) Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

g) Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.

h) Análises Vertical/Horizontal

| ATIVO | | | | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|
| CIRCULANTE | 2.012 | VERTICAL 2012 | HORIZONTAL | 2.011 | VERTICAL 2011 | HORIZONTAL | 2.010 | VERTICAL 2010 |
| | | % | % | | % | % | | % |
| Disponível | 12.116.257,40 | 7,37 | 40,68 | 8.612.814,71 | 5,73 | 72,67 | 4.987.899,04 | 3,46 |
| Contas a Receber Clientes | 26.825.210,67 | 16,31 | (5,62) | 28.423.393,46 | 18,92 | 46,52 | 19.398.963,47 | 13,45 |
| Estoques | 15.849.771,17 | 9,64 | 10,90 | 14.291.655,66 | 9,51 | (25,62) | 19.215.540,15 | 13,32 |
| Outras Contas a Receber | 19.856.327,15 | 12,07 | 51,24 | 13.128.907,73 | 8,74 | (0,94) | 13.253.889,38 | 9,19 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 74.647.566,39 | 45,38 | 15,81 | 64.456.771,56 | 42,90 | 13,37 | 56.856.292,04 | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| Depósitos Judiciais | 43.998.137,26 | 26,75 | (5,44) | 46.528.526,07 | 30,97 | 2,88 | 45.226.778,13 | 31,35 |
| Impostos a Recuperar | 3.256.303,48 | 1,98 | 3,65 | 3.141.712,12 | 2,09 | 2,91 | 3.052.769,59 | 2,12 |
| Contrato Mútuo | 4.559.604,87 | 2,77 | 8,63 | 4.197.543,45 | 2,79 | 12,30 | 3.737.885,55 | 2,59 |
| Outros Créditos | 22.770,29 | 0,01 | - | 22.770,29 | 0,02 | - | 22.770,29 | 0,02 |
| Depósito Judicial - Bloqueio | 8.386.243,11 | 5,10 | | - | | | | |
| | | | | | | | | |
| TOTAL REALIZAVEL A L.P. | 60.223.059,01 | 36,61 | 11,75 | 53.890.551,93 | 35,87 | 3,56 | 52.040.203,56 | 36,08 |
| PERMANENTE | | | | | | | | |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | | |
| Participação em Controladas | 0,00 | - | | 0,00 | - | | 0,00 | - |
| Incentivos Fiscais e Outros Investimentos | 0,00 | - | | 0,00 | - | | 0,00 | - |
| INTANGÍVEL | 1.437.840,32 | 0,87 | 4,57 | 1.374.961,92 | 0,92 | 2,17 | 1.345.715,59 | 0,93 |
| IMOBILIZADO | 28.168.984,29 | 17,13 | (7,69) | 30.515.683,35 | 20,31 | (10,26) | 34.004.388,34 | 23,57 |
| | | | | | | | | |
| TOTAL DO PERMANENTE | 29.606.824,61 | 18,00 | (7,16) | 31.890.645,27 | 21,23 | (9,79) | 35.350.103,93 | 24,51 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | 89.829.883,62 | 54,62 | 4,72 | 85.781.197,20 | 57,10 | (1,84) | 87.390.307,49 | 60,58 |
| TOTAL DO ATIVO | 164.477.450,01 | 100,00 | 9,48 | 150.237.968,76 | 100,00 | 4,15 | 144.246.599,53 | 100,00 |

PASSIVO

| CIRCULANTE | 2.012 | VERTICAL 2012 | HORIZONTAL | 2.011 | VERTICAL 2011 | HORIZONTAL | 2.010 | VERTICAL 2010 |
|-------------------------------------|------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|----------------------|
| | | % | % | | % | % | | % |
| Financiamentos | 41.855.667,28 | 25,45 | (1,43) | 42.462.730,09 | 28,26 | 0,75 | 42.148.165,93 | 29,22 |
| Fornecedores | 27.834.045,41 | 16,92 | 11,16 | 25.040.528,33 | 16,67 | 13,06 | 22.148.318,45 | 15,35 |
| Salários e Encargos Sociais | 19.614.052,97 | 11,93 | 41,54 | 13.857.236,36 | 9,22 | (53,11) | 29.554.420,17 | 20,49 |
| Impostos S/Vendas | 189.230.347,11 | 115,05 | 18,50 | 159.683.509,23 | 106,29 | 44,41 | 110.576.847,22 | 76,66 |
| Impostos Parcelados | 2.575.934,61 | 1,57 | (8,14) | 2.804.208,28 | 1,87 | (50,49) | 5.664.213,24 | 3,93 |
| Provisões Diversas | 6.500.853,50 | 3,95 | 71,23 | 3.796.500,22 | 2,53 | (18,00) | 4.629.712,97 | 3,21 |
| Demais Contas a Pagar | 961.800,15 | 0,58 | (58,99) | 2.345.260,66 | 1,56 | (37,51) | 3.752.751,90 | 2,60 |
| Passivo a descoberto em controlada | 0,00 | - | (100,00) | 0,00 | 0,00 | - | - | - |
| REFIS | 1.739.763,62 | 1,06 | (16,62) | 2.086.439,85 | 1,39 | - | - | - |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 290.312.464,65 | 176,51 | 15,17 | 252.076.413,02 | 167,78 | 15,38 | 218.474.429,88 | 151,46 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| Impostos Parcelados | 1.553.428,58 | 0,94 | - | 1.553.428,58 | 1,03 | - | 1.553.428,58 | 1,08 |
| Impostos Sub-Judice | 12.043.811,59 | 7,32 | - | 12.043.811,59 | 8,02 | - | 12.043.811,59 | 8,35 |
| Refis | 49.826.266,60 | 30,29 | 3,29 | 48.238.335,50 | 32,11 | 3,53 | 46.595.709,87 | 32,30 |
| Provisão para Contingências | 1.629.796,32 | 0,99 | 8,63 | 1.500.300,00 | 1,00 | - | 1.500.300,00 | 1,04 |
| Financiamentos L.P. | 5.833.333,23 | 3,55 | (30,00) | 8.333.333,25 | 5,55 | (0,00) | 8.333.333,33 | 5,78 |
| Leasing | 15.533,59 | 0,01 | (59,81) | 38.653,29 | 0,03 | - | - | - |
| REFIS 2009 | 16.968.545,94 | 10,32 | (7,68) | 18.380.356,42 | 12,23 | (1.844,51) | (1.053.612,70) | (0,73) |
| TOTAL EXIG. LONGO PRAZO | 87.870.715,85 | 53,42 | (2,46) | 90.088.218,63 | 59,96 | 30,61 | 68.972.970,67 | 47,82 |
| PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS | | | | | | | | |
| Participações Minoritárias | -224.873,89 | (0,14) | 8,46 | (207.328,74) | (0,14) | - | - | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital | 30.602.187,28 | 18,61 | - | 30.602.187,28 | 20,37 | - | 30.602.187,28 | 21,22 |
| Reavaliação de Ativos Próprios | 27.143.851,31 | 16,50 | - | 27.143.851,31 | 18,07 | - | 27.143.851,31 | 18,82 |
| Prejuízos Acumulados | -246.775.200,37 | (150,04) | 22,81 | (200.946.839,61) | (133,75) | 32,09 | (152.125.731,22) | (105,46) |
| Resultado do Exercício | -24.451.694,82 | (14,87) | (49,60) | (48.518.533,13) | (32,29) | (0,62) | (48.821.108,39) | (33,85) |
| TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO | -213.480.856,60 | (129,79) | 11,35 | (191.719.334,15) | (127,61) | 33,88 | (143.200.801,02) | (99,27) |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | -125.610.140,75 | (76,37) | 23,59 | (101.631.115,52) | (67,65) | 36,92 | (74.227.830,35) | (51,46) |
| TOTAL DO PASSIVO | 164.477.450,01 | 100,00 | 9,48 | 150.237.968,76 | 100,00 | 4,15 | 144.246.599,53 | 100,00 |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|-----------------------|----------------|
| | 2012 | VERTICAL 2012 | HORIZONTAL | 2011 | VERTICAL 2011 | HORIZONTAL | 2010 | VERTICAL 2010 |
| | | % | % | | % | % | | % |
| RECEITA DE VENDAS | 160.024.528,52 | 100,00 | 5,32 | 151.935.173,81 | 100,00 | 12,20 | 135.413.560,86 | 100,00 |
| IPI Faturado | -290.194,86 | (0,18) | (89,17) | -2.679.892,37 | (1,76) | (50,58) | -5.422.534,46 | (4,00) |
| Cancelamentos/Devoluções | -3.560.109,85 | (2,22) | (40,05) | -5.937.982,12 | (3,91) | (27,03) | -8.137.074,85 | (6,01) |
| RECEITA BRUTA | 156.174.223,81 | 97,59 | 8,97 | 143.317.299,32 | 94,33 | 17,61 | 121.853.951,55 | 89,99 |
| Impostos sobre vendas | -35.653.020,15 | (22,28) | (4,26) | -37.238.961,87 | (24,51) | 4,05 | -35.788.157,54 | (26,43) |
| RECEITA LÍQUIDA | 120.521.203,66 | 75,31 | 13,62 | 106.078.337,45 | 69,82 | 23,25 | 86.065.794,01 | 63,56 |
| Custo dos Produtos Vendidos | -70.731.863,55 | (44,20) | 10,05 | -64.272.659,06 | (42,30) | 21,47 | -52.913.613,95 | (39,08) |
| LUCRO BRUTO | 49.789.340,11 | 31,11 | 19,10 | 41.805.678,39 | 27,52 | 26,10 | 33.152.180,06 | 24,48 |
| Despesas com Vendas | -24.728.994,03 | (15,45) | 10,28 | -22.424.513,72 | (14,76) | (6,78) | -24.056.262,50 | (17,77) |
| Despesas Administrativas | -22.347.645,27 | (13,97) | 30,23 | -17.160.773,75 | (11,29) | 2,30 | -16.775.394,57 | (12,39) |
| Honorários dos Administradores | -902.791,38 | (0,56) | 4,89 | -860.713,48 | (0,57) | 6,82 | -805.789,03 | (0,60) |
| Equivalência Patrimonial | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - |
| Despesas Financeiras | -28.535.682,21 | (17,83) | (32,50) | -42.277.486,15 | (27,83) | 60,84 | -26.284.758,88 | (19,41) |
| Receitas Financeiras | 4.004.636,85 | 2,50 | 77,24 | 2.259.423,96 | 1,49 | (42,75) | 3.946.492,43 | 2,91 |
| Outras Desp.(Rec.) Operac. | -1.730.558,89 | (1,08) | (82,45) | -9.860.148,38 | (6,49) | (45,21) | -17.997.575,90 | (13,29) |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL | -24.451.694,82 | (15,28) | (49,60) | -48.518.533,13 | (31,93) | (0,62) | -48.821.108,39 | (36,05) |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IR/CSSL | -24.451.694,82 | (15,28) | (49,60) | -48.518.533,13 | (31,93) | (0,62) | -48.821.108,39 | (36,05) |
| Provisão p/Imp.Renda/CSSL | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - |
| LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | -24.451.694,82 | (15,28) | (49,60) | -48.518.533,13 | (31,93) | (0,62) | -48.821.108,39 | (36,05) |

Análise vertical

No ano de 2012 pode-se observar que um total de 28,38% corresponde a contas a receber em geral, em relação ao total do ativo, e 26,75% corresponde a depósitos judiciais. Esses são os dois maiores índices sobre o total do ativo, seguido do imobilizado que representa 17,13% de participação. As demais contas mantem baixa representatividade. Nos anos de 2011 e 2010 há a mesma situação em relação a essas contas, porém em 2010 os estoques alcançaram uma boa participação no total com 13,32%.

No grupo do passivo os impostos em geral representam com folga o maior percentual sobre o total do passivo, nos três períodos, sendo o total dos impostos a margem de 166,55% em 2012, 162,93% em 2011, e 121,58% em 2010. Essa margem ultrapassa o 100% devido ao patrimônio líquido estar negativo. Seguido dele há financiamentos e depois fornecedores com 28,99% e 16,92% respectivamente em 2012, 33,81% e 16,67% em 2011, e por fim 35% e 15,35% em 2010.

Na DRE o custo dos produtos vendidos representa, em 2012, 44,20% do total das receitas de vendas. O que em 2011 foi 42,30% e em 2010 39,08%, sendo dessa forma a maior representatividade dentro da DRE. Em segundo momento há os imposto sobre vendas com 22,28%, 24,51%, 26,43% (2012 2011 e 2010). Há também um alto índice das contas de despesas com vendas (15,45%, 14,76% e 17,77%) e despesas financeiras (17,83%, 27,83% e 19,41%), em relação às receitas de vendas. As demais contas detêm um baixo índice em relação às vendas.

Análise horizontal

Disponível

Variação de 72,67% (2011 X 2010), se deve a um aumento na aplicação financeira em garantia de Duplicatas Descontadas devido ao recebimento de títulos relativo ao maior faturamento no 2º semestre.

Variação de 40,68% (2012 X 2011), se deve a um aumento nos depósitos em conta corrente, devido ao recebimento de títulos devido ao maior faturamento no 2º semestre.

Contas à Receber

Variação de 46,52% (2011 X 2010), se deve a um aumento nas vendas em relação ao ano anterior e houve uma queda nos descontos de duplicatas.

Estoques

Variação de -25,62% (2011 X 2010), se deve a uma melhora nos controles de estoques, ao aumento nas vendas e um aumento na Provisão p/ Ajustes a Valor de Mercado.

Outras Contas à Receber

Variação de 51,24% (2012 X 2011), se deve a um aumento de Títulos caucionados e a um aumento no adiantamento à Fornecedores, devido ao aumento no faturamento.

Depósito Judicial

Houve bloqueio judicial de TDA's (Títulos da Dívida Agrária), devido à processos em discussão.

Salários e Encargos Sociais

Variação de -53,11% (2011 X 2010) nos Encargos Sociais devido a inclusão no parcelamento do REFIS de 2009.

Variação de 41,54% (2012 X 2011) nos Encargos Sociais devido a Atualização Monetária.

Impostos s/Vendas

Variação de 44,41% (2011 X 2010) se deve ao aumento nas Vendas, a Atualização monetária de IPI em atraso de anos anteriores, mais IPI, PIS, COFINS, ICMS e ICMS ST do ano e Correção Monetária.

Variação de 18,50% (2012 X 2011) se deve ao aumento nas Vendas.

Impostos Parcelados

Variação de -50,49% (2011 X 2010) se deve ao pagamento do REFIS 2009.

Provisões Diversas

Variação de -18% (2011 X 2010) se deve ao pagamento das despesas de Bonificações e Direitos Autorais provisionadas.

Variação de 71,23% (2012 X 2011) se deve a um maior investimento em propaganda e consequente aumento nas despesas de Bonificações e Propaganda.

Demais Contas à Pagar

Variação de -37,51% (2011 X 2010) se deve a inclusão de IRRF no parcelamento do REFIS 2009.

Variação de -58,99 (2012 X 2011) se deve à diminuição do Adiantamento de Clientes.

REFIS 2009 (CP)

Variação de -16,62% (2011 X 2010) se deve ao pagamento do REFIS 2009.

Financiamento Longo Prazo

Variação de -30% (2012 X 2011) se deve ao pagamento do Financiamento.

Leasing

Variação de -59,81% (2012 X 2011) se deve ao pagamento do Leasing.

REFIS 2009 (LP)

Variação de 1.844,51% (2011 X 2010) se deve ao ingresso no REFIS 2009, que no ano anterior estavam sendo pagas algumas parcelas iniciais em processo de adesão.

Patrimônio Líquido

Variação de 33,88% (2011 X 2010) se deve ao aumento no Resultado do Exercício negativo em razão da operação do ano.

Variação de 11,35% (2012 X 2011) se deve ao aumento no Resultado do Exercício negativo em razão da operação do ano, mesmo tendo apresentado um aumento no Faturamento.

IPI

Variação de -50,58% (2011 X 2010) se deve ao aumento na venda de Produtos Revendidos.

Variação de -89,17% (2012 X 2011) se deve ao aumento na venda de Produtos Revendidos.

Devolução

Variação de -27,03% (2011 X 2010) se deve a um empenho da Área Comercial em negociação constante com os clientes com o objetivo de diminuir as devoluções.

Variação de -40,05% (2012 X 2011) se deve a um empenho da Área Comercial em negociação constante com os clientes com o objetivo de diminuir as devoluções.

Custo dos Produtos Vendidos

Variação de 21,47% (2011 X 2010) se deve ao aumento na aquisição de produtos para Revenda.

Despesas Administrativas

Variação de 30,23% (2012 X 2011) se deve a uma reclassificação de despesas para melhor interpretação dos números. As despesas com Prestadores de Serviços antes considerados no Centro de Custo produtivo (CPV) foram reclassificado no Centro de Custo Administrativo.

Despesas Financeiras

Variação de 60,84% (2011 X 2010) se deve a Atualização Monetária de Impostos em atraso de anos anteriores.

Variação de -32,50% (2012 X 2011) se deve ao fato do ano anterior ter sido sobrecarregado com Atualização Monetária de Impostos em atraso.

Receitas Financeiras

Variação de -42,75% (2011 X 2010) se deve ao fato de não ter sido reconhecida a receita de Juros s/TDA's.

Variação de 77,24% (2012 X 2011) se deve ao fato de ter reconhecido a receita de Juros s/ TDA's do ano anterior (não reconhecida em 2011), mais a receita de Juros s/TDA's do ano de 2012.

Outras Despesas/Receitas Operacionais

Variação de -45,21% (2011 X 2010) se deve ao fato de ter apropriado multa dos impostos que ingressaram no REFIS 2009 em 2010.

Variação de -82,45% (2012 X 2011) se deve ao fato de ter apropriado multa dos impostos de anos anteriores e do ano corrente(2011) e em 2012 só as multas dos impostos do ano de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2**

a) A Companhia teve um desempenho em 2012 bem acima da média do mercado. Este padrão tem se repetido nos últimos cinco anos, o que garante para a Companhia uma retomada de participação de mercado, principalmente frente aos nossos principais concorrentes que hoje são importadores. A Receita Líquida de Vendas cresceu quase 14% (catorze por cento) em relação ao ano anterior e poderia ter sido ainda maior, pois nosso crescimento de vendas de brinquedos para nossos clientes cresceu 21%, enquanto nossas vendas de brindes recuaram em mais de 10%. Nosso desempenho na área de brindes foi afetado pelo fraco desempenho da economia brasileira em 2012 e o menor investimento em promoções por grande parte das empresas de consumo. Neste mercado de brindes a produção da Companhia é por encomenda, para atender as necessidades promocionais de grandes empresas e nos anos em que a atividade promocional é menor nossa Companhia é afetada.

No mesmo período, o custo dos produtos vendidos cresceu 10% (dez por cento), o que possibilitou um crescimento de 19% (dezenove por cento) no lucro bruto. As despesas com vendas e gastos gerais da companhia, tiveram em 2012 um crescimento de 10% (dez por cento), abaixo portanto do crescimento da receita líquida de vendas, o que possibilitou reverter uma tendência de prejuízo antes das despesas financeiras que ocorreram nos últimos anos. Em 2012 a Companhia apresentou um pequeno lucro antes das despesas financeiras de R\$ 79.350,54 (setenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), contra um prejuízo de mais de R\$ 8,5 milhões no ano de 2011.

A combinação dos resultados acima levou ao fechamento anual com um prejuízo de R\$ 24,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 48,5 milhões em 2011. Há de ser ressaltado que as demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia são sempre penalizadas pelo alto endividamento fiscal da Companhia, contraído no início dos anos 90, dentro do desastroso processo de abertura da economia promovido no Brasil. Embora venha recebendo por parte da Administração toda atenção e prioridade para seu equacionamento, o passivo fiscal acaba por contaminar o bom desempenho operacional que a Companhia vem apresentando nos últimos anos. Calculando-se o EBITDA operacional de 2012, expurgando deste número todos os passivos fiscais do passado e suas atualizações, a Companhia apresentou em 2012 um EBITDA de R\$ 19.523 (mil), ou seja 16% da receita líquida, o que demonstra a viabilidade e bons resultados operacionais.

b) As variações no Resultado quando analisamos os anos de 2011 x 2010 não foram significativas, mas a melhora nas margens é sabida e gradativa.

O ano de 2012 para Estrela foi muito importante. Mesmo com a redução do volume expedido comparado com o ano anterior, conseguimos aumentar nossa Receita Líquida, absorver o aumento dos custos e ter uma melhora nas margens. Os números mostram que estamos sendo mais criteriosos na definição dos produtos que compõem nossa coleção, vendendo melhor com ganho de Margem crescente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO**

| | 2012 | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Volume expedido (em '000 peças / ano | 8.053.947 | 8.313.429 | 7.047.897 |
| Receita Líquida (em R\$ '000) | 120.521.204 | 106.078.337 | 86.065.794 |
| Receita Líquida Unitária (em R\$/ peça) | 14,96 | 12,76 | 12,21 |
| Custo (em R\$ '000) | (70.731.864) | (64.272.659) | (52.913.614) |
| Custo Unitário (em R\$/ peça) | (8,78) | (7,73) | (7,51) |
| Margem Bruta (em R\$/ peça) | 6,18 | 5,03 | 4,70 |
| Margem Bruta (%) | 41,3% | 39,4% | 38,5% |

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES

| | 2012 X 2010 | 2012 X 2011 | 2011 x 2010 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| Receita Líquida Unitária (em R\$/ peça) (%) | 22,5% | 17,3% | 4,5% |
| Custo Unitário (em R\$/ peça) (%) | 17,0% | 13,6% | 3,0% |
| Margem Bruta (%) | 31,4% | 22,9% | 6,9% |

c) Com base no histórico da inflação, do custo dos insumos aplicados na produção, da política salarial, é aplicado um percentual global dessas variáveis, para que seja atingido um Resultado Operacional satisfatório para os exercícios sociais encerrados em 2010, 2011 e 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Não há efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

No ano de 2010, a Companhia emitiu suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado” – IFRS e BRGAAP. As alterações provocadas pela aplicação dos dispositivos dessas normas foram reconhecidas retroativamente ao balanço inicial (01/01/2009), e aos exercícios encerrados em 2009 e 2010. Em 2011 e 2012, não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2010, 2011 e 2012, não houve alteração nas práticas e, portanto não há efeitos.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**2010****Ressalva**

No tocante ao REFIS a Receita Federal é o Órgão responsável pelas informações sobre o valor do parcelamento e do saldo remanescente. A Companhia se comprometeu a protocolar na Receita Federal pedido de apresentação das respectivas informações sobre o REFIS, sendo que o problema apontado pelos Auditores não poderá ser devidamente equacionado, sem que a Receita Federal se manifeste nesse assunto.

A Companhia adotou todas as medidas cabíveis nesse aspecto.

Ênfase

Com relação à Continuidade da Companhia, ainda apresenta uma insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o processo de redução das taxas de juros, observadas no período, e com perspectivas de continuidade, além de uma melhor gestão no seu capital de giro, dão à companhia um cenário bastante positivo de melhora de resultados, em função da possível redução das despesas financeiras operacionais.

Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2010, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA positivo de 18,4%, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos.

A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**2011****Ressalva**

Com relação ao REFIS, esclarecemos que protocolamos junto a Receita Federal, um pedido de informação sobre os valores pagos pela Companhia e o saldo remanescente em aberto. Ocorre que até o momento a Receita Federal não respondeu esse requerimento.

Por outro lado, entramos com Ação Declaratória de Anulação, na Justiça Federal de São Paulo, do Ato Administrativo de Exclusão da Companhia do REFIS, cópia anexa, de vez que existe fundamento para reconhecimento da prescrição das dívidas incluídas no REFIS.

O valor registrado na contabilidade, relativo ao débito do REFIS, representa a nosso ver, dentro das circunstâncias atuais, a expectativa de provável desembolso, no máximo ao valor mencionado. Dessa forma, entendemos que a Companhia adotou as medidas cabíveis para esclarecer o assunto além do que existem probabilidades de reconhecimento da prescrição desse débito sem necessidade de manutenção da ressalva, atualmente constante no relatório dos Auditores. Os novos fatos apresentados justificam a revisão da avaliação dos direitos em discussão.

Ênfase

Com relação à Continuidade da Companhia, ainda apresenta uma insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o processo de redução das taxas de juros, observadas no período, e com perspectivas de continuidade, além de uma melhor gestão no seu capital de giro, dão à companhia um cenário bastante positivo de melhora de resultados, em função da possível redução das despesas financeiras operacionais.

Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2011, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA positivo de 17,2%, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos.

A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

2012**Ênfase**

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Com relação ao REFIS, esclarecemos que protocolamos junto a Receita Federal, um pedido de informação sobre os valores pagos pela Companhia e o saldo remanescente em aberto. Ocorre que até o momento a Receita Federal não respondeu esse requerimento.

Por outro lado, entramos com Ação Declaratória de Anulação, na Justiça Federal de São Paulo, do Ato Administrativo de Exclusão da Companhia do REFIS, cópia anexa, de vez que existe fundamento para reconhecimento da prescrição das dívidas incluídas no REFIS.

O valor registrado na contabilidade, relativo ao débito do REFIS, representa a nosso ver, dentro das circunstâncias atuais, a expectativa de provável desembolso, no máximo ao valor mencionado. Dessa forma, entendemos que a Companhia adotou as medidas cabíveis para esclarecer o assunto além do que existem probabilidades de reconhecimento da prescrição desse débito sem necessidade de manutenção da ressalva, atualmente constante no relatório dos Auditores.

Os novos fatos apresentados justificam a revisão da avaliação dos direitos em discussão.

Com relação à Continuidade da Companhia, ainda apresenta uma insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o processo de redução das taxas de juros, observadas no período, e com perspectivas de continuidade, além de uma melhor gestão no seu capital de giro, dão à companhia um cenário bastante positivo de melhora de resultados, em função da possível redução das despesas financeiras operacionais.

Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2012, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA positivo de 16%, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos.

A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A Estrela prepara suas demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que a Estrela adota são aquelas que acredita serem relevantes para determinar sua condição financeira e resultados operacionais.

A aplicação de suas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que sua administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os seus ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Estrela, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das suas estimativas. A Estrela revisa suas estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração da Estrela entende serem suas práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Estrela e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das Demonstrações Contábeis da Estrela e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Estrela e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

a) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado e intangível)

Demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 nos casos aplicáveis e combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Gastos pré-operacionais capitalizados ao imobilizado durante o período de construção e a fase de testes pré-operacionais dos bens, quando aplicável.
- Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 10. Em atendimento ao parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial, a Companhia e sua controlada efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração mantém-se conservadora e prefere utilizar o método linear de depreciação, mesmo havendo outras opções para o cálculo podendo resultar diferentes valores. O deságio em coligada possui o mesmo critério, seguindo tabelas sugeridas em lei.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**b) Provisão para contingências**

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

É considerada crítica por abordarem causas a serem julgadas, não sendo conhecidas as conclusões das sentenças, podendo os valores serem acordados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6**

a) A Administração acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são robustos para assegurar a qualidade, precisão e a confiabilidade, pois seguem normas e padrões estabelecidos pela ISO 9001.

b)

1.1 ELABORAR MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

A Área Comercial possui procedimentos de todas as rotinas, desde a entrada dos pedidos até a efetiva entrega nos clientes, esse procedimento contempla todas as rotinas do departamento, com fluxograma de todas as rotinas, com total controle e registro informatizado de todas as operações, o procedimento da área atende os padrões ISO 9001 – PROC. 3-003.

O departamento possui relatórios de gestão, que também são registros da qualidade constantes no nosso procedimento ISO 9001, possuímos inúmeros relatórios de acompanhamento de vendas, metas de performance da equipe, que são disparados diariamente para todo corpo diretivo da empresa.

Todas as rotinas e procedimentos sugeridos, a empresa já possui documentada no procedimento 3-003 da ISO 9001, na qual fomos auditados nós últimos 4 anos seguidos pelo institutos de Auditoria Tecpar e Falcão Bauer, na qual não foram evidenciadas nenhuma não conformidade no processo da área comercial, quando citamos a área comercial, incluímos nosso Centro de Distribuição, que também possui procedimento documentado na ISO - Proc. (3-056) e também foi auditado nos últimos anos, sem ter sido evidenciado nenhuma não conformidade.

1.2 FORMALIZAR OS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

Possuímos procedimentos na área comercial de todas as rotinas, desde a entrada dos pedidos até a efetiva entrega nos clientes. Esse procedimento contempla todas as rotinas do departamento, com fluxograma de todas as rotinas, com total controle e registro informatizado de todas as operações, o procedimento da área é o procedimento ISO 9001 – PROC. 3-003.

O departamento possui relatórios de gestão, que também são registros da qualidade constantes no nosso procedimento ISO 9001, possuímos inúmeros relatórios de acompanhamento de vendas, metas de performance da equipe, que são disparados diariamente para todo corpo diretivo da empresa.

Todas as rotinas e procedimentos solicitados, temos documentado no procedimento 3-003 da ISO 9001, na qual fomos auditados nos últimos 4 anos seguidos pelos institutos de Auditoria Tecpar e Falcão Bauer, na qual não foram evidenciadas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

nenhuma não conformidade no processo da área comercial, incluindo o Centro de Distribuição, que também possui procedimento documentado na ISO - Proc. (3-056) e também foi auditado nos últimos anos, sem ter sido evidenciada nenhuma não conformidade.

As analistas de cobrança são autorizadas a negociar as taxas de 4% a.m. a 5% a.m. com os clientes inadimplentes, 3% a.m. é autorizado pelo supervisor do setor, e abaixo dessa taxa pelo diretor financeiro. Na auditoria realizada em 2012, não fomos questionados sobre esses procedimentos.

1.3 APRIMORAR CONTROLES SOBRE CADASTRO E CRÉDITO A CLIENTES

A empresa possui procedimentos e rotinas bem definidas sobre todos os cadastros de clientes da companhia, fichas em formulário próprio, controle, manuseio e arquivo. Os clientes analisados são os principais clientes da companhia, clientes antigos que possuem ficha cadastral com crédito aprovado e histórico de muitos anos de parceria comercial. As fichas de cadastro entram no departamento de vendas, criamos um código no sistema que é amarrado ao grupo de lojas do cliente via sistema, a ficha é analisada e assinada, posteriormente as mesmas são encaminhadas para análise e arquivo no departamento financeiro.

Na auditoria do dia 31/12/12, o nosso setor não foi questionado sobre esses procedimentos e também não foram analisadas as fichas cadastrais de nossos clientes.

1.4 DEFINIR UMA POLITICA DE ANÁLISE DE CRÉDITO

Temos uma política de análise de crédito com procedimentos definidos e aprovados pela presidência, sobre os cadastros e liberação de crédito dos clientes, rotinas de análise de crédito, norma com delegação de poderes. As alçadas são autorizadas conforme segue abaixo:

Gerência Operacional de Vendas e Distribuição – aprova até o limite de R\$100.000,00

Gerência Operacional de Vendas e Distribuição + Diretor de Vendas - aprova até R\$500.000,00

Acima desse valor o presidente também tem que aprovar.

A empresa possui convênio com o Serasa, de forma que constantemente os clientes são analisados através do informativo Serasa, além de adotarmos o critério de histórico de pagamento dos clientes, e as melhores práticas do mercado para análise de crédito e liberação dos pedidos. Esse procedimento consta na Norma de Análise de Crédito. Na auditoria do dia 31/12/12, o nosso setor não foi questionado sobre esses procedimentos e também não foram analisadas fichas cadastrais de nossos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**1.5 CONTROLE DO CANHOTO DA NOTA FISCAL DE VENDA**

A partir de janeiro de 2012, as empresas de transportes passaram a cobrar pela devolução de canhotos, as empresas estipulam um custo unitário que varia de R\$ 1,50 a R\$ 2,50 por canhoto devolvido. Temos implantados com todas as empresas transportadoras a troca eletrônica de dados (EDI), na qual recebemos diariamente informações com as datas de entrega das notas fiscais, e estas são importadas e inseridas em nosso sistema. Há também implantado relatório de gestão, das entregas e performance das empresas de transportes.

No caso da necessidade da apresentação de algum comprovante de entrega de alguma nota fiscal específica, solicitamos as empresas de transportes, canhoto de NF e/ou cópia do CT-e assinado pelo cliente. As empresas são obrigadas a manter o controle e arquivo, e disponibilizar os comprovantes de entrega quando solicitados.

2.1 PREPARAR E APROVAR OS PEDIDOS NO TEMPO ADEQUADO

Todas as ordens de compras são aprovadas em conformidade com os procedimentos definidos no sistema da qualidade, PROC. 3.051, desde a solicitação de compra – processo de cotação e ordem de compra, conforme consta no sistema informatizado da CIA. Este procedimento contempla todas as rotinas do departamento de Compras a qual tem sido auditada pelo Instituto de Auditoria Falcão Bauer e não foi evidenciada nenhuma inobservância do mesmo. Os procedimentos citados no Relatório de Controles Internos existem e são obedecidos na sua totalidade.

2.2 EVIDENCIAR CONFERÊNCIA PARA TODAS AS MERCADORIAS RECEBIDAS

O setor Recebimento de Materiais está sob responsabilidade da Gerência de produção a qual segue normas e procedimentos da ISO 9001, que nos últimos anos não teve nenhuma “Não conformidade”. Temos a disposição todos os documentos do sistema de qualidade que demonstra claramente o processo de recebimento e conferência. Nossos colaboradores são treinados e orientados a seguir rigorosamente os procedimentos que fazem parte do manual de qualidade. A auditoria não questionou tais análises descritas no Relatório de Controles Internos, caso ocorresse, teríamos apresentado os documentos necessários para atendê-los conforme rege a norma da ISO sobre colaboração com fornecedores internos e externos.

No caso de recebimento de produtos acabados informamos que a empresa tem procedimentos e rotinas bem definidas sobre recebimento de produto acabado no CD, que também faz parte da ISO 9001. Todas as notas são recepcionadas pelo

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

peçoal do recebimento (portaria), após verificação as notas são encaminhadas para o Centro de Distribuição, onde os produtos são descarregados e depois confrontados com a nota fiscal. Posteriormente estando conforme ou não conforme, a rotina segue segundo procedimentos internos.

3.1 CHECK LIST DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

A empresa possui um documento para conferir o recebimento dos documentos para admissão.

3.2 PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

Conforme evidenciado no pico de produção faltava apenas 1 deficiente, sendo que por ocasião dos termos dos contratos ficamos dentro da cota com folga. Sempre divulgamos vagas para deficiente para aumento da cota, porém sem sucesso.

3.3 DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Autorização para desconto: temos documentos de autorização para Unimed e para cesta básica com base da Convenção Coletiva de Trabalho, este item foi amparado pelo artigo 462 do CLT que dispõe: “Art. 462 - *Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de **contrato coletivo**.*” (Grifo nosso). Assim sendo, por se tratar de um desconto previsto em CCT o mesmo é legítimo.

3.4 AUSÊNCIA DE EXAME MÉDICO

Os exames ora solicitados são de responsabilidade da enfermagem em prontuário próprio, ou seja, não ficam no prontuário do RH com os demais documentos.

3.5 SOLICITAÇÃO DE ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIO

As solicitações de reposição ficam arquivadas em pasta própria, e não foram solicitadas ao responsável para averiguação.

3.6 DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

A empresa possui declaração de dependentes para efeito de salário-família.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

3.7 CONTRATO DE TRABALHO

Os contratos de trabalho dos promotores são enviados para os vendedores responsáveis para recolhimento das assinaturas pertinentes.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não existem quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.